

BOLETIM ÁGUAS EM FOCO CBH MACAÉ OSTRAS

Outubro | 2025



Fórum Água e Juventude: dez anos fortalecendo o protagonismo jovem na gestão hídrica



Dez anos de inspiração: Fórum Água e Juventude celebra uma década de protagonismo e mobilização das juventudes pela gestão das águas

Com dinâmicas, debates, concurso de fotografias e produções coletivas, a 10^a edição do evento promovido pelo CBH Macaé Ostras reuniu estudantes e educadores da RH-VIII em um dia marcado por aprendizados e emoção

O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (CBH Macaé Ostras) realizou, no dia 24 de outubro, a 10^a edição do Fórum Água e Juventude (FAJ), um dos principais espaços de diálogo e formação voltados às juventudes da Região Hidrográfica VIII (RH-VIII). O evento aconteceu na Cidade Universitária de Macaé, reunindo estudantes, professores e representantes do Comitê em um dia dedicado à reflexão, aprendizado e mobilização social.

A abertura foi conduzida pela presidente do CBH Macaé Ostras, Maria Inês Paes Ferreira, que apresentou aos jovens o papel e a estrutura do Comitê, destacando sua importância na governança das águas e na construção de

políticas públicas participativas.

Em seguida, a coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social (CTEACOM) e do Grupo de Trabalho das Juventudes, Thayná Fernandes, e o representante do Grupo de Trabalho das Juventudes (GT Juventudes), Felipe Abreu, fizeram a leitura da Carta do IX Fórum, documento que inspirou as discussões e atividades desta edição.

A mesa redonda com o tema “10 anos das juventudes em defesa das águas e os caminhos para 2026” foi mediada pela educadora e representante da Associação Raízes, Aline Lázaro, e contou com as participações de Virgínia Villas Boas Sá Rego, professora doutora e ex-coordenadora da

CTEACOM; do engenheiro ambiental Philipe de Barros; do engenheiro florestal Tom Adnet; da ativista juvenil Andressa Dantas; e da coordenadora Thayná Fernandes.

“O Comitê não pode falar pela juventude, a juventude precisa ocupar seu espaço, conquistar sua voz e seus direitos”, destacou Philipe de Barros.

Durante sua fala, Virgínia Villas Boas resgatou a trajetória dos fóruns desde 2015 e reforçou a importância de manter os jovens engajados ao longo do ano, como multiplicadores das ações de conservação. Ela também apresentou um vídeo produzido por alunos do Instituto Federal Fluminense (IFF) após o primeiro Fórum, disponível no site do Comitê.

Já o engenheiro florestal Tom Adnet trouxe, entre outras falas, sobre o Programa “Águas para o Futuro”, desenvolvido pelo CBH Macaé Ostras com estudantes do Colégio José Martins da Costa. Destacou que a ideia surgiu na escola pelos seus professores.

res e alunos, e após a contratação em 1999, o CBH considerou a escola para a realização das coletas e das análises da água do rio Macaé.

A ativista Andressa Dantas ressaltou a importância da organização estudantil e dos conselhos de juventudes e destacou formas dos estudantes atuarem em políticas públicas da região, enquanto Thayná Fernandes compartilhou sua trajetória até chegar à coordenação no Comitê, destacando a necessidade de transformar vulnerabilidades em ações concretas.

“Quando lutamos pelo meio ambiente e pela água, enfrentamos muitas barreiras. Mas é nos espaços participativos, como comitês e conselhos, que conquistamos voz e recursos para transformar o território”, afirmou Thayná.

O GT Juventudes também teve papel essencial na condução das atividades, apoiando os grupos e mediando a produção dos projetos desenvolvidos pelos jovens.



Juventudes em foco

Em comemoração à primeira década do Fórum, o CBH Macaé Ostras promoveu um Concurso de Fotografias nas redes sociais, incentivando os estudantes a expressarem seu olhar sobre as águas da RH-VIII.

Participaram do concurso as escolas:

- ▶ Escola Municipal Francisco de Assis Medeiros Rangel - Parque Zabulão, Rio das Ostras
- ▶ Escola Estadual Professora Vanilde Natalino Mattos - Parque Aeroporto, Macaé
- ▶ Colégio Estadual Carlos Maria Marchon - Lumiar, Nova Friburgo
- ▶ Colégio Estadual José Martins da Costa - São Pedro da Serra, Nova Friburgo
- ▶ Colégio Estadual Luiz Reid Centro, Macaé
- ▶ Colégio Municipal do Sana - Sana, Macaé

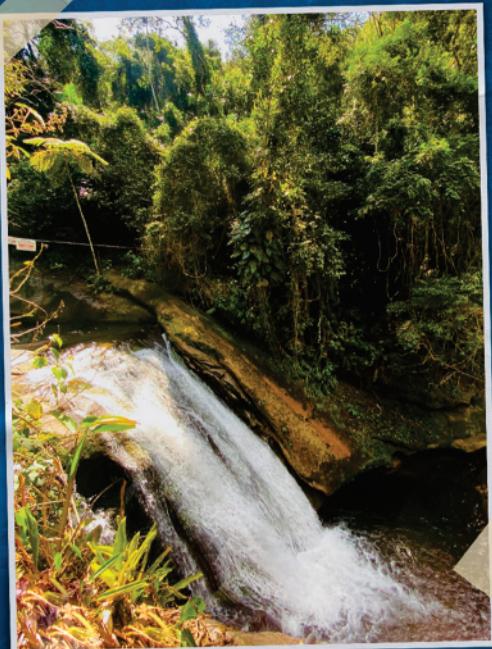
A votação foi um sucesso, com muito engajamento das escolas no perfil do CBH Macaé Ostras na rede social Instagram, com curtidas, reposts, comentários e até criação de hashtags pela torcida. O vencedor foi Gabriel Simões Dudjak Lima, da Escola Estadual Professora Vanilde Natalino Mattos, com a frase:

“Sou patrimônio de todos e preciso ser tratada com cuidado e responsabilidade. O que fazem comigo hoje refletirá na vida de amanhã.”

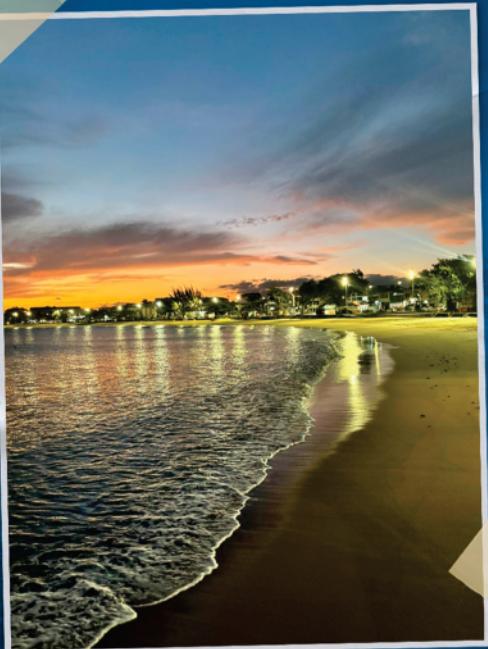
Como recompensa, Gabriel foi premiado com um tablet e a escola também receberá como premiação as fotografias de seus alunos emolduradas para exposição. Os autores da segunda e a terceira fotografia também foram premiados com fones de ouvido em reconhecimento ao trabalho e engajamento.

A fotografia e a mensagem de Gabriel simbolizam o olhar sensível das juventudes sobre o cuidado com as águas e o território.

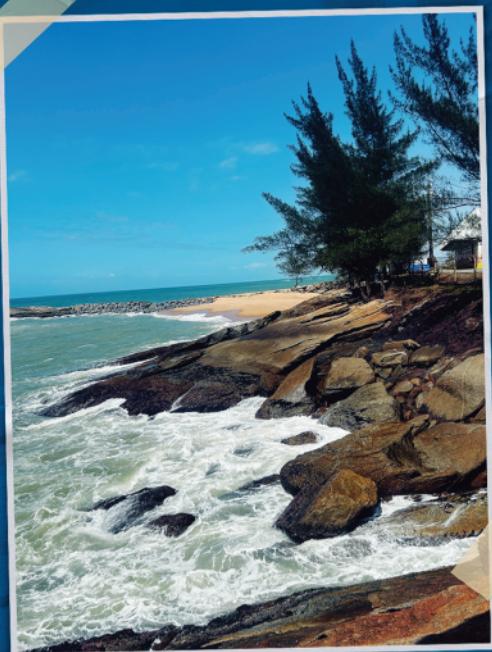




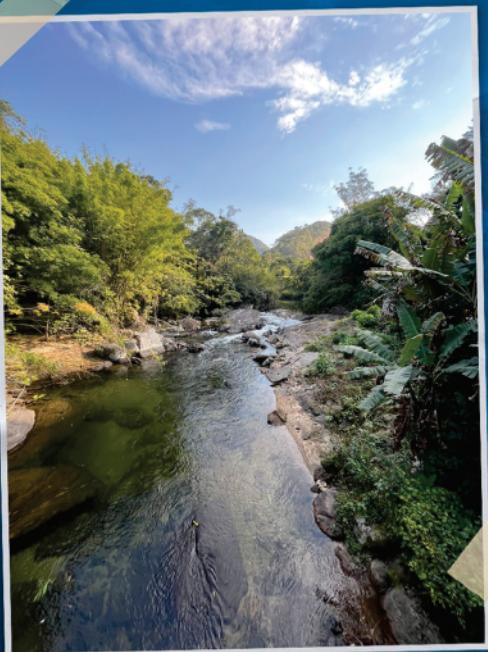
COLÉGIO MUNICIPAL DO SANA - SANA, MACAÉ
AUTORA: MALENA GUADALUPE TOVAREZ



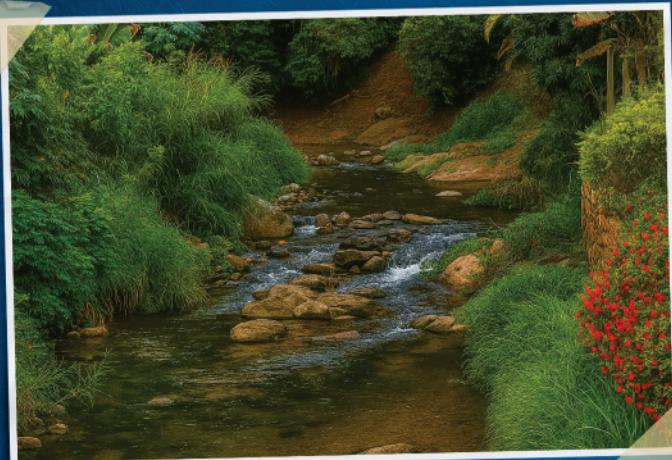
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS
RANGEL: PARQUE ZABULAO - RIO DAS OSTRAS
AUTOR: MARIA VITÓRIA MENDES DA COSTA



COLÉGIO ESTADUAL LUIZ REID: CENTRO - MACAÉ
AUTOR: MARIANA GOMES DE OLIVEIRA



COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ MARTINS DA COSTA:
SÃO PEDRO DA SERRA - NOVA FRIBURGO
AUTOR: WAIKI ALVES PALMEIRA



COLÉGIO ESTADUAL CARLOS MARIA
MARCHON: LUMIAR- NOVA FRIBURGO
AUTOR: PEDRO HENRIQUE MAROTI SPITZ

**FOTO
VENCEDORA
DO**

**CONCURSO DE
FOTOGRAFIA DO
X FÓRUM ÁGUA
E JUVENTUDE
2025**



**GABRIEL SIMÕES
DUDJAK LIMA**

**ESCOLA ESTADUAL PROFA VANILDE NATALINO
MATTOS: PARQUE AEROPORTO - MACAÉ**



Gabriel Simões Dudjak Lima, vencedor do concurso

Educação e criatividade

O evento também prestou homenagem aos professores e educadores presentes, que receberam mudas de plantas para expressar o reconhecimento ao trabalho de formação e incentivo à consciência ambiental.

Na parte da tarde, os jovens foram desafiados a criar projetos de forma coletiva para solucionar desafios ambientais selecionados pelo Comitê.

Acesse e faça leitura da X Carta Água e Juventudes publicada no nosso site:
<https://comitemacaeostras.org.br/projetos/forum-agua-e-juventude/>



Divididos em grupos, desenvolveram cinco propostas práticas, aprendendo sobre planejamento, cooperação e mensuração de resultados.

A programação ainda contou com uma mostra cultural, com apresentações do time universitário de Cheerleading da UFRJ – Campus Macaé, o Black Aces, que trouxe ao público uma demonstração de arte, esporte e integração.

Encerrando o evento, os participantes elaboraram a X Carta da Juventude, com propostas voltadas ao fortalecimento da gestão das águas na RH-VIII, e definiram o tema da próxima edição:

“Entre a injustiça ambiental e a fome: como o racismo ambiental afeta o acesso à água limpa, à terra e à alimentação com dignidade.”

O Fórum Água e Juventude se consolida, assim, como um espaço permanente de educação, sensibilização e formação de lideranças ambientais, fortalecendo a missão do CBH Macaé Ostras de promover a participação social e o uso sustentável das águas.



Foto: Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo do Estado do Ceará

Diretor do CBH Macaé Ostras busca referências no ENCOGERCO para desenvolver evento sobre Gerenciamento Costeiro na RH VIII

JoInnye Abrahão participa da XV edição do Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro e articula parcerias para fortalecer a integração entre gestão costeira e recursos hídricos

O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (CBH Macaé Ostras) esteve representado na XV edição do Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro (ENCOGERCO) pelo diretor JoInnye Abrahão, que participou do evento com o objetivo de buscar referências, ampliar conhecimentos e estabelecer diálogos estratégicos para a realização de um evento próprio do Comitê, voltado ao Gerenciamento Costeiro na Região Hidrográfica VIII (RH-VIII).

Realizado desde 1984, o ENCOGERCO é um dos principais fóruns brasileiros dedicados à gestão integrada da zona costeira (GIZC), reunindo gestores públicos, pesquisas-

dores, representantes do setor produtivo, organizações da sociedade civil e povos e comunidades tradicionais. Nesta edição, o encontro teve como foco central o debate sobre a atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), cuja última versão vigente é de 1997.

Com o tema “Rumo a um novo plano nacional para a gestão marinha e costeira integrada”, o XV ENCOGERCO discutiu a necessidade de modernizar o PNGC diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, da pressão sobre ecossistemas sensíveis e do papel cada vez mais importante dos serviços ecossistêmicos para a proteção da zona costeira.

As discussões destacaram a importância de incorporar ao novo PNGC temas como:

- ▶ Impactos das mudanças climáticas sobre ecossistemas e comunidades costeiras;
- ▶ Soluções de adaptação baseadas na natureza;
- ▶ Integração da gestão costeira com o Planejamento Espacial Marinho (PEM);
- ▶ Fortalecimento da participação social em todas as etapas da gestão costeira;
- ▶ Necessidade de articulação entre estados, municípios e órgãos federais.

Durante sua participação, Jolnnye Abrahão acompanhou oficinas, debates e apresentações que trataram da integração entre gestão de bacias hidrográficas e gestão costeira, tema especialmente estratégico para o território do CBH Macaé Ostras por abranger ecossistemas costeiros, lagoas, restingas e áreas sensíveis.

Ele também estabeleceu contato com pesquisadores, instituições e

gestores públicos, com destaque para o diálogo com Ana Paula Prates, Diretora de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente, que demonstrou interesse em acompanhar e contribuir com o futuro evento da RH-VIII.

Após o evento, Jolnnye elencou pontos que carecem de atenção para as próximas edições e os próximos passos no tema:

- ▶ Baixa adesão de municípios ao ENCOGERCO, inclusive do Rio de Janeiro;
- ▶ Estrutura reduzida do corpo técnico do INEA dedicado à gestão costeira;
- ▶ Frágil integração entre o órgão gestor estadual e os municípios costeiros.

Para ele, a rede estadual de comitês pode exercer um papel importante:

“A integração só será possível com o interesse dos municípios em elaborar seus Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro. O Fórum Fluminense de Comitês de Bacia pode ser um grande articulador entre os atores interessados”, afirmou.



Foto: Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo do Estado do Ceará

Concessão de serviços de saneamento básico: quem cuida disso?

Quando falamos em saneamento básico, estamos falando de um conjunto de serviços essenciais: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais e drenagem urbana.

Esses serviços podem ser realizados diretamente pelos municípios ou por meio de concessões, que é quando uma empresa pública ou privada é contratada para operar o sistema por um período determinado, garantindo a manutenção e os investimentos necessários.

Mas quem fiscaliza tudo isso?

A Agência Reguladora, a exemplo da AGENERSA, para as concessões em nível estadual do Rio de Janeiro, é responsável por acompanhar a qualidade dos serviços, as metas e as tarifas, garantindo que o serviço contratado e os direitos da população sejam respeitados e que a gestão dos recursos hídricos esteja em sintonia com a Política Nacional de Saneamento Básico.

Essa integração entre municípios, concessionárias, agências e comitês de bacia é essencial para assegurar que o saneamento alcance a universalização de forma adequada, cuidando da água, da saúde e do meio ambiente!





CBH Macaé Ostras marca presença nas ações da Frente Parlamentar pela Justiça Climática e reforça compromisso com a gestão sustentável das águas

Em eventos realizados no Rio de Janeiro e em Macaé, representantes do Comitê defenderam o fortalecimento das políticas ambientais e apresentaram iniciativas voltadas à justiça climática e à governança hídrica da Região Hidrográfica VIII

O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (CBH Macaé Ostras) participou, em outubro, de duas importantes ações da Frente Parlamentar pela Justiça Climática da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), reforçando seu compromisso com o fortalecimento das políticas públicas ambientais e com a promoção da gestão participativa e sustentável das águas.

No dia 7 de outubro, o diretor secretário geral e representante da sociedade civil, Thiêrs Wilberger, representou o Comitê em reunião pública da Frente Parlamentar, realizada no auditório da Alerj, no Centro do Rio de Janeiro. O evento reuniu parlamentares, pesquisadores, órgãos ambientais e movimentos sociais, entre eles o MPRJ/GAEMA, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o ICMBio e os

deputados estaduais Carlos Minc e Flávio Serafini.

A reunião abordou os desafios do licenciamento ambiental diante da crise climática e da pressão por flexibilização das normas ambientais. Em sua fala, Thiérs Wilberger destacou que o debate sobre tema se estende à resistência da vida na região costeira, especialmente no Norte Fluminense, região marcada por vulnerabilidades socioambientais e pela expansão de atividades de alto impacto, como a exploração petrolífera e as termelétricas.

“Discutir licenciamento ambiental e mudanças climáticas hoje, no estado do Rio de Janeiro, é discutir justiça territorial e o futuro da vida nos nossos territórios costeiros”, afirmou Wilberger.

Ele defendeu que o licenciamento seja reconstruído como instrumento de Estado, e não de mercado, incorporando avaliações ambientais estratégicas, análises de emissões de gases de efeito estufa e o reconhecimento das vulnerabilidades das comunidades locais.

Na semana seguinte, no dia 16 de outubro, a presidente do CBH Macaé Ostras, Maria Inês Paes Ferreira, participou de nova reunião da Frente Parlamentar pela Justiça Climática, agora realizada no auditório da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campus Macaé. O encontro integrou a programação da XVIII Feira de Responsabilidade Socioambiental da Bacia de Campos, promovida pelo Instituto Visão Socioambiental (IVISSA).

Convidada pelo deputado estadual Flávio Serafini, presidente da Frente Parlamentar, Maria Inês apresentou as ações do Comitê na promoção dos usos múltiplos da água e destacou a importância da integração entre gestão hídrica e justiça climática.

A mesa de debates contou também com a participação do promotor Lucas Bernardes (MPRJ/GAEMA), que ressaltou o protagonismo do CBH Macaé Ostras na proposição de políticas inovadoras, como o mecanismo de reajuste do Preço Público Unitário (PPU), em tramitação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A proposta diferencia os segmentos usuários e prevê aumento escalonado para setores industriais com maiores emissões de gases de efeito estufa, tornando-se uma referência em justiça climática e equidade ambiental.



Ainda, de acordo com o promotor, a metodologia proposta pelo CBH Macaé Ostras pode inspirar outros Comitês do Estado do Rio de Janeiro e até de outras regiões do país a atuarem em consonância com os princípios da justiça climática.

Em sua fala, Maria Inês agradeceu o convite e enfatizou a importância das parcerias interinstitucionais para a construção de soluções conjuntas. Ela também destacou a colaboração do Instituto Visão Socioambiental, representado no Comitê pelo diretor secretário Thières Wilberger, e a relevância de articulações com o GAEMA, o INEA e demais instâncias estaduais.

“O reconhecimento das nossas iniciativas para garantir a justiça climática, a mediação de conflitos de uso e os usos múltiplos das águas na RH-VIII passa pela atuação em rede e por parcerias com as instâncias aqui presentes. A contribuição do Instituto Visão Socioambiental e da Frente

Parlamentar, somadas à excelência técnica da equipe da GERAGUA/INEA e ao reconhecimento do rio Macaé como área de especial interesse turístico pela Lei Estadual 10.602/2024, são fundamentais para o fortalecimento da nossa gestão”, ressaltou Maria Inês.

As duas participações reforçam o papel do CBH Macaé Ostras como espaço democrático de governança hídrica, que atua de forma integrada para enfrentar os desafios da crise climática e promover a justiça ambiental na Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (RH-VIII).

“A justiça climática se faz com diálogo, integração e compromisso com o território. O CBH Macaé Ostras reafirma, com essas participações, seu papel como articulador de políticas que unem conservação ambiental, equidade e desenvolvimento sustentável”, concluiu Maria Inês Paes Ferreira.





Programa de PSA e Boas Práticas avança com visitas técnicas e monitoramento das ações na Região Hidrográfica VIII

Atividades de campo fazem parte do acompanhamento contínuo da execução do Programa, com a avaliação dos resultados e o fortalecimento das boas práticas ambientais na RH-VIII

O Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Boas Práticas da Região Hidrográfica VIII (RH-VIII) segue apresentando resultados positivos e avanços significativos nas ações previstas, consolidando-se como uma das principais iniciativas de incentivo à conservação ambiental e ao gestão das águas do território.

Neste mês de outubro, foram realizadas novas visitas de acompanhamento às propriedades participantes, com o objetivo de verificar a execução das ações, avaliar o componente de pagamento e oferecer suporte técnico aos beneficiários. As atividades envolveram beneficiários dos dois componentes do Programa, do PSA e das Boas Práticas, e reforçaram a

importância da continuidade das ações previstas nos Planos Individuais de Implementação de Práticas (PIIPs).

Durante as visitas, a analista técnica do Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), Fernanda Hissa, constatou avanços nas práticas de conservação e no manejo sustentável das áreas, além do fortalecimento das parcerias locais. A empresa contratada para execução do Programa, Aplicar Engenharia, também orientou os beneficiários quanto à entrega da correta documentação para ser possível conduzir com o pagamento do segundo ciclo, referente ao ano-base de 2025, cuja cerimônia de entrega ocorrerá em Lumiar, no alto curso da bacia.

Já o monitoramento hidrológico é um dos principais instrumentos de avaliação do Programa. Ele permite mensurar parâmetros de qualidade e quantidade de água, como um termômetro para indicar se as ações estão alcançando os resultados esperados e possíveis ajustes necessários ao longo da execução.

A equipe do CILSJ, composta pela analista técnica Fernanda Hissa e a estagiária técnica Karoliny Barreto, acompanhou as atividades de campo realizadas pela empresa Aplicar Engenharia, representada por Fernando Alan, Maryanna Monteiro e Vitor Gadelha.

As medições, realizadas em 28 de outubro, marcaram a 3^a campanha de coleta, contemplando os indicadores 11 e 12, a vazão média de longo termo e a vazão no momento da medida da turbidez. As atividades ocorreram nas microbacias prioritárias dos córregos Santa Margarida, Sibéria/Bocaina e Tapera, onde as réguas limimétricas foram instaladas em junho.

As leituras das réguas são conduzidas semanalmente, já as medições de

vazão foram realizadas em julho, setembro e outubro e são complementadas pela coleta de amostras de água para análise de turbidez e sólidos suspensos totais (SST). Esses dados permitem estimar a carga de sedimentos transportada e compreender melhor a relação entre uso do solo e qualidade da água.

Nesta etapa, a equipe também validou o método de velocidade superficial com flutuador, utilizado para medição de vazão, fazendo a comparação ao método de molinete hidrométrico, especialmente útil durante o período chuvoso, garantindo maior precisão aos resultados.

Também foram realizados o monitoramento das parcelas do Programa PSA e Boas Práticas, que tem como objetivo avaliar os resultados ambientais obtidos nas áreas onde foram implementadas boas práticas de conservação do solo e conversão produtiva em curso no Programa. Essas áreas, conhecidas como polígonos de conservação, são selecionadas pelos provedores para aplicação das ações inscritas no Programa.



Durante as atividades de campo, a equipe verificou alguns indicadores para o acompanhamento, como:

- ◆ Ocorrência de supressão de árvores,
- ◆ Presença de serapilheira e germinação de espécies,
- ◆ Sinais de pisoteio ou resíduos,
- ◆ Níveis de restauração florestal.

Essas observações permitem avaliar o estado de conservação das áreas, mensurar o sucesso das práticas aplicadas e identificar necessidades de ajustes ou reforço nas ações futuras.

O monitoramento das parcelas é realizado a cada ano, garantindo que os dados gerados possam ser utilizados para identificar melhorias contínuas na execução e planejamento do

Programa.

O acompanhamento constante da equipe técnica do CILSJ, é fundamental para garantir que as ações estejam sendo aplicadas de forma correta com contratado e tragam resultados duradouros para o território.

O Programa de PSA e Boas Práticas é uma iniciativa do CBH Macaé Ostras, executada pela Aplicar Engenharia com a fiscalização do CILSJ, que busca incentivar a conservação, a recuperação de áreas estratégicas e a adoção de práticas produtivas sustentáveis.

Por meio do monitoramento técnico e científico, o Programa se consolida como instrumento essencial de valorização dos provedores de serviços ambientais e de como uma ação prática para aumento da produção das águas na Região Hidrográfica VIII.



Representante da Rio+ Saneamento, Nathalia Braga compartilha sua trajetória no CBH Macaé Ostras e fala sobre os desafios e conquistas na gestão das águas

Com olhar técnico e propósito humano, Nathalia fala sobre o papel do saneamento na garantia da água para todos

Para Nathalia Braga e Miranda, engenheira ambiental e sanitária, a gestão das águas é mais que uma responsabilidade técnica, é um compromisso com a vida. Ela ocupa uma das vagas no setor dos Usuários, por meio da empresa Rio+ Saneamento. Membro do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (CBH Macaé Ostras) desde 2017, Nathália traz consigo uma trajetória marcada por dedicação à melhoria da qualidade de vida da população através do saneamento básico.

“Minha primeira participação no Comitê foi através da Concessionária Águas de Nova Friburgo. Depois, passei a representar a Rio+ Saneamento. Desde então, venho aprendendo muito sobre o funcionamento dos comitês e sobre a importância do investimento contínuo para garantir a disponibilidade hídrica”, conta Nathalia.

Com quase uma década de envolvimento no CBH, Nathalia destaca que o espaço dos comitês é essencial para integrar diferentes olhares sobre o uso da água, reunindo poder público, sociedade civil e setor produtivo em torno de um mesmo propósito.

“Os CBHs têm uma função fundamental no avanço da gestão dos recur-

sos hídricos. Eles ampliam nossa visão sobre o território e fortalecem a construção de soluções conjuntas para os desafios da água.”

Ao longo de sua trajetória, Nathalia participou de Grupos de Trabalho e debates sobre o aumento do Preço Público Unitário (PPU), melhoria da bacia hidrográfica e ampliação dos sistemas de saneamento, incluindo a implantação de novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), temas que ela considera cruciais para o equilíbrio ambiental e social da região.



Um dos marcos de sua atuação foi acompanhar a aprovação da ETE Lumiar, em Nova Friburgo, que é sua cidade natal.

“Foi um momento muito especial, porque representa avanço, cuidado com o meio ambiente e, principalmente, com as pessoas. Assim como ver o sistema de abastecimento de Rio das Ostras evoluindo e chegando a famílias que nunca haviam recebido água encanada. Isso muda vidas.”

Com um olhar otimista e comprometido, Nathalia acredita que o saneamento é uma das chaves para o futuro sustentável da Região Hidrográfica VIII.

“Saneamento é uma pauta urgente e essencial para a qualidade de vida. Meu desejo é que o propósito de promover saúde, dignidade e bem-estar para todos permaneça firme, e que o trabalho desenvolvido até aqui seja continuado com e para as futuras gerações.”

Para Nathalia, cada avanço conquistado, seja em uma obra, uma resolução ou um novo projeto, é também um convite à reflexão: como estamos cuidando da água que nos sustenta?

E é com esse questionamento que ela segue contribuindo ativamente com o CBH Macaé Ostras, unindo técnica, sensibilidade e propósito na missão de construir um futuro mais justo e sustentável para as águas da região.



Foto: Bruno Campos



Primeira Cota de Reserva Ambiental do Brasil é emitida no Rio e é para um dos beneficiários do Programa de PSA do CBH Macaé Ostras

As RPPNs Rio Bonito de Lumiar e Canto da Coruja, localizadas em Nova Friburgo, pertencentes a Bernardo Furrer, marcam o início de uma nova era na política ambiental brasileira, unindo conservação, compensação e valorização dos serviços ecossistêmicos

O Rio de Janeiro se tornou, no dia 30 de outubro de 2025, o primeiro estado brasileiro a emitir uma Cota de Reserva Ambiental (CRA), um mecanismo que remunera proprietários rurais pela conservação ambiental de suas áreas e permite a regularização de passivos ambientais com menor custo e maior agilidade.

A iniciativa foi apresentada durante evento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em Brasília, com a presença da ministra Marina Silva, do diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Garo Batmanian, e do diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do INEA, Cleber Ferreira.

As primeiras CRAs emitidas no país foram concedidas às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) Rio Bonito de Lumiar e Canto da Coruja, ambas localizadas em Nova Friburgo, na Região Hidrográfica VIII (RH-VIII), área de atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (CBH Macaé Ostras).

As propriedades pertencem a Bernardo Furrer, beneficiário do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do Comitê e representante da Associação de Proprietários de RPPNs do Estado do Rio de Janeiro (APN-RJ), que é instituição suplente na Plenária do CBH.

O acontecimento representa um marco para a política ambiental brasileira, uma vez que, desde a criação das CRAs pelo

Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), nenhuma havia sido oficialmente emitida. O instrumento é visto como um novo passo para reconhecer e valorizar quem protege a natureza, ampliando a integração entre produção rural, conservação ambiental e serviços ecossistêmicos.

Como funciona a Cota de Reserva Ambiental (CRA)

A CRA é emitida diretamente pelo Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), plataforma nacional responsável por todo o processo de solicitação, análise e emissão dos títulos. O mecanismo permite que propriedades rurais com áreas conservadas de vegetação nativa sejam usadas para compensar déficits de Reserva Legal em outros imóveis.

Segundo Luana Bianquini, chefe do Serviço de Adequação Ambiental de Imóveis Rurais (SERVADA) do INEA, o processo envolve etapas técnicas e jurídicas, desde a regularização ambiental do imóvel no CAR, a solicitação das cotas pela Central do Proprietário Possuidor, até a análise técnica e fundiária feita pelo INEA, que verifica a documentação do imóvel e a integridade da vegetação nativa.

“O Serviço de Adequação Ambiental de Imóveis Rurais, o SERVADA, em parceria com o Serviço de RPPN, realizou um importante trabalho de identificação dos imóveis que se enquadram nas condições estabelecidas. Essa ação teve como objetivo oferecer apoio direto aos proprietários na emissão das primeiras cotas de Reserva

Ambiental”, explicou Luana.

Ainda de acordo com Luana, quando todas as condições são atendidas, o órgão emite o laudo comprobatório que possibilita a emissão das cotas pelo Serviço Florestal Brasileiro. Após essa etapa, as cotas são registradas nas instituições financeiras habilitadas, tornando-se aptas à comercialização.

O monitoramento contínuo das áreas que geraram CRAs será realizado pelo programa Olho no Verde, que utiliza imagens de alta resolução espacial para identificar possíveis alterações na cobertura vegetal, garantindo rastreabilidade e transparência em todo o processo.

Com a emissão das primeiras CRAs, o Rio de Janeiro e a RH VIII deram a largada neste mecanismo de implementação de políticas integradas de conservação e regularização ambiental, reconhecendo o esforço de quem mantém suas áreas protegidas e contribuindo para a regularização dos passivos de Reserva Legal no estado, estimados em 170 mil hectares.

Além de impulsionar o mercado de serviços ambientais, o mecanismo reforça a importância das RPPNs como aliadas da gestão hídrica e da conservação da biodiversidade, especialmente em territórios estratégicos como a Região Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras.

Para o CBH Macaé Ostras, a conquista tem duplo significado: representa o pioneirismo nacional na política de conservação e a valorização de um dos beneficiários do Programa de PSA e Boas Práticas, consolidando a importância do incentivo à conservação e produção de águas no território.

Descarte descarte adequado de medicamentos: estudo realizado em Macaé alerta para riscos para as águas e destaca a importância da logística reversa

Pesquisa evidencia a falta de informação sobre o destino correto de medicamentos vencidos e reforça a necessidade de ampliar ações de educação ambiental e gestão integrada de resíduos na Região Hidrográfica VIII

O descarte inadequado de medicamentos é uma questão ambiental cada vez mais preocupante, especialmente quando alcançam os corpos hídricos, influenciando na qualidade de vida da população. O tema foi abordado no estudo “Estudo sobre Descarte de Medicamentos e Percepção Ambiental no Município de Macaé”, desenvolvido em 2022 pelas autoras Francyane Nogueira Gonçalvesa, Samantha Monteiro Martinsa e Rejane Corrêa Marquesb, todas do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A pesquisa analisou o comportamento da população de Macaé em relação ao descarte de medicamentos vencidos ou em desuso, revelando que grande parte dos entrevistados ainda não tem conhecimento sobre o destino correto desses produtos. Muitos medicamentos acabam sendo descartados no lixo comum ou em pias e em vasos sanitários, práticas que podem gerar contaminação dos solos, cursos d'água e lençóis freáticos.

De acordo com o estudo, os resíduos farmacêuticos estão entre os poluentes emergentes que mais desafiam os sistemas de tratamento de água e esgo-

to, já que suas substâncias químicas não são totalmente eliminadas nos processos convencionais de tratamento. O resultado é o risco de bioacumulação e de impactos nos ecossistemas aquáticos, afetando peixes, microorganismos e, indiretamente, a saúde humana.

As autoras defendem a necessidade de fortalecer as políticas públicas de logística reversa de medicamentos, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (decreto nº 10.388/2020), e ampliar as campanhas de sensibilização sobre o tema.

Logística reversa como solução

O estudo se conecta diretamente ao conceito de logística reversa, que é o processo de coleta e devolução de resíduos sólidos ao setor empresarial, para que possam ser reaproveitados, reciclados ou descartados de forma ambientalmente adequada.

Esse fluxo parte do consumidor de volta à indústria, por meio de comércios receptores, como farmácias, mercados e lojas, sendo um instrumento prático de desenvolvimento baseado no tripé da sustentabilidade. Entre

seus benefícios estão a necessidade de extrair matéria-prima e seu consequente uso de recursos naturais; a redução da produção de lixo; e a valorização das empresas, com a preferência dos consumidores por adotarem práticas sustentáveis reais.

A ação executa a responsabilidade compartilhada entre fabricantes, distribuidores, comerciantes, consumidores e o poder público, prevista em Lei, e reforça a importância da colaboração entre setores para que o ciclo de vida dos produtos seja sustentável do início ao fim.

A logística reversa aplicada em medicamentos é um instrumento fundamental nesse contexto, pois evita que as substâncias químicas atinjam os corpos hídricos e afetem a população diretamente, durante o consumo da água e uso recreativo, e indiretamente com os alimentos marinhos ou cultivados por água contaminada, por exemplo.

Na Região Hidrográfica VIII, onde os municípios ainda enfrentam desafios no tratamento e na disposição final

adequada de resíduos, o tema se torna ainda mais urgente. A articulação entre órgãos ambientais, setor de saneamento e comitês de bacia é essencial para desenvolver estratégias de planejamento de acordo com as particularidades dos municípios para a coleta e destinação ambientalmente adequadas destes medicamentos.

O CBH Macaé Ostras investe em ações para a elaboração e revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) nas cidades que compõem a RH VIII, como Macaé em 2019 e, atualmente, iniciando do zero o PMSB para o município de Rio das Ostras. Com isso, o colegiado atua em parceria com seus municípios constituintes, dentro das suas atribuições, nas diversas frentes que influenciam na melhoria e garantia da qualidade e quantidade de água disponível para seus múltiplos usos.

A gestão das águas também passa pelo gerenciamento correto dos resíduos. Evitar o descarte de medicamentos em locais inadequados é proteger nossos rios, nascentes e comunidades.

Confira o artigo completo em:

<https://ensaioseciencia.pgsscognna.com.br/ensaioeciencia/article/view/10788>



Calendário de Ações da Região Hidrográfica VIII

Novembro | Dezembro

26 de Novembro

Reunião Extraordinária do GT Plano

26 de Novembro

Reunião Extraordinária do GT PSA

27 de Novembro

Reunião Conjunta da Diretoria Colegiada e do GT Acompanhamento do Contrato de Gestão

28 de Novembro

Reunião Ordinária da Plenária

02 de Dezembro

Reunião Extraordinária da CTEACOM

02 de Dezembro

Reunião Extraordinária da CTIL

03 de Dezembro

Reunião Extraordinária do GT PSA

04 de Dezembro

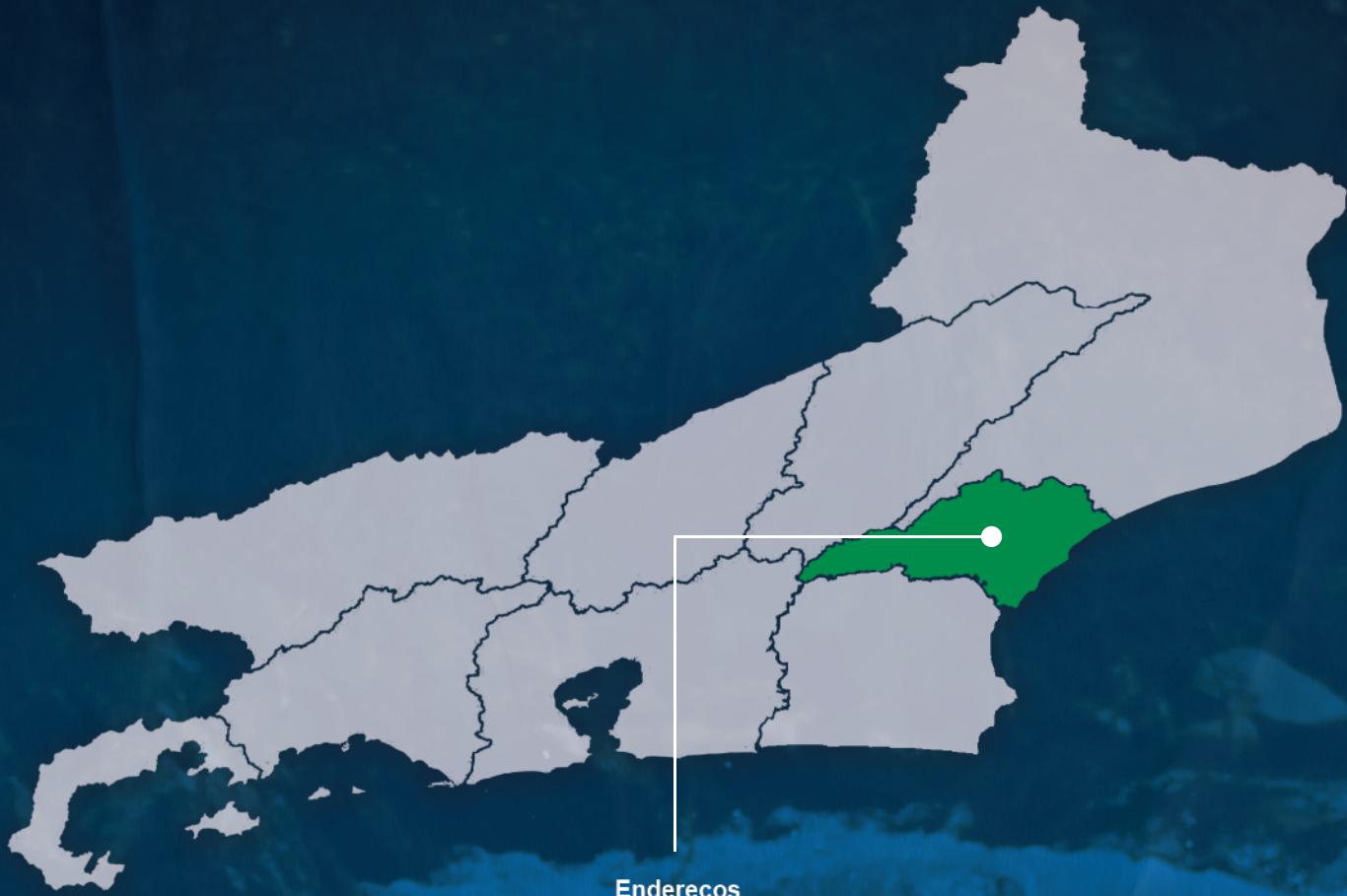
Reunião Extraordinária do GT Saneamento

10 de Dezembro

Reunião Extraordinária do GT Cobrança

12 de Dezembro

Reunião Extraordinária de Plenária



Endereços

SEDE CBH MACAÉ OSTRAS

Rua Santa Catarina, 219
Sala 503, Extensão do Bosque Rio das Ostras - RJ
Tel: (22) 3034-2358

SEDE REGIONAL DO CBH MACAÉ (SALA DA APAMC EM LUMIAR)

Rua Moacir K. Brust, nº 11 - Lumiar - Nova Friburgo

SEDE DA DELEGATÁRIA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL LAGOS SÃO JOÃO - CILSJ

Avenida Um, nº 01, Lote 01, Quadra 11
CEP: 28.940-840

Bairro: Jardins de São Pedro
São Pedro da Aldeia, RJ
(22) 9 8841-2358

contato@comitemacaeostras.org.br
www.comitemacaeostras.org.br

